

A persistência dos fenómenos de urbanização da pobreza na Área Metropolitana de Lisboa. Resultados da aplicação de um inquérito socio-habitacional comunitário. A Área Metropolitana de Lisboa (AML) destaca-se como uma das regiões mais desiguais de Portugal, onde se têm verificado fenómenos persistentes e agravados de pobreza, precariedade habitacional e exclusão social. Este artigo apresenta os resultados de um inquérito socio-habitacional concebido, implementado e analisado em conjunto com organizações locais em três bairros desfavorecidos do concelho de Loures: o bairro municipal da Quinta da Fonte e os bairros autoconstruídos e precários do Talude Militar e de Montemor. A adoção de uma metodologia participativa permitiu a produção de conhecimento situado sobre os seus habitantes e as múltiplas dimensões de vulnerabilidade – socioeconómica, habitacional e institucional – que os afetam. Conclui-se pela necessidade urgente de políticas urbanas mais justas e próximas das comunidades locais, que as envolvam também na geração de diagnósticos e de soluções para os obstáculos identificados.

PALAVRAS-CHAVE: Área Metropolitana de Lisboa; precariedade socio-habitacional; autocenso; políticas urbanas.

The enduring urbanization of poverty in the Lisbon metropolitan area: evidence from a community-based socioeconomic and housing survey. The Lisbon Metropolitan Area (LMA) stands out as one of the most unequal regions in Portugal, where persistent and worsening phenomena of poverty, precarious housing, and social exclusion have been observed. This article presents the results of a socio-residential survey designed, implemented, and analyzed in collaboration with local organizations in three disadvantaged neighborhoods in the municipality of Loures: the municipal neighborhood of Quinta da Fonte and the precarious self-built neighborhoods of Talude Militar and Montemor. The adoption of a participatory methodology allowed for the production of situated knowledge about its inhabitants and the various dimensions of vulnerability – socioeconomic, housing, and institutional – that affect them. The paper concludes by emphasizing the urgent need for fairer urban policies that are closely aligned with local communities, actively involving them in both the diagnostic process and the development of responses to the identified challenges.

KEYWORDS: Lisbon Metropolitan Area; socio-housing precarity; community survey; urban policies.

SEBASTIÃO FERREIRA DE ALMEIDA SANTOS

ANA CAROLINA FARIAS

SAILA-MARIA SAARISTO

JOANA PESTANA LAGES

A persistência dos fenómenos de urbanização da pobreza na Área Metropolitana de Lisboa. Resultados da aplicação de um inquérito socio-habitacional comunitário

INTRODUÇÃO

Os fenómenos de pobreza urbana constituem desafios centrais para as políticas sociais e habitacionais na Europa e em Portugal. A análise dos mesmos transcende a mera desigualdade de rendimentos, incorporando dimensões habitacionais, culturais e simbólicas, bem como dimensões estruturais, de natureza social, económica e política (Bilson, 2005; Kühn, 2015). O reconhecimento de que a pobreza está a afetar crescentemente as populações urbanas, e que decorre de assimetrias socio-espaciais geradas no âmbito do próprio processo de urbanização, exige o enquadramento dos fenómenos de “urbanização da pobreza” no âmbito de tendências estruturais mais amplas que englobam os processos de financeirização urbana, o emagrecimento do Estado social ou as dinâmicas migratórias (Domingues e Fernandes, 2016; Lemanski, 2016; Lenhardt, 2024). A reprodução da pobreza através da urbanização reflete as dinâmicas de diferenciação inerentes à produção capitalista do espaço, entendido enquanto produto social e veículo de criação de mais-valia. O perímetro das geografias de exclusão e de injustiça social – filtradas por questões de classe, etnia, religião ou género – amplia-se à medida que os processos de “acumulação por despossessão” e de rentabilização urbana ganham relevância, constringendo o direito à habitação, à cidade e aos bens comuns urbanos (Vives-Miró, 2022).

Estima-se que, a nível europeu, 260 milhões de pessoas vivam em condições de precariedade socio-habitacional (Clair et al., 2018).¹ Em Portugal, contam-se 143 mil pessoas em condições de indignidade habitacional, segundo o mais recente relatório (CNA PRR, 2025), sendo que a Área Metropolitana de Lisboa (AML) concentra cerca de 50% dos agregados familiares com necessidades identificadas. Apesar de esta região constituir o principal centro económico e político do país, é simultaneamente marcada por assimetrias socio-espaciais profundas, onde se incluem territórios caracterizados por elevados níveis de precariedade habitacional, privação socioeconómica e marginalização social.

A criação do Programa 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação (Decreto-Lei n.º 37/2018) visou responder às situações de indignidade habitacional, obrigando à sinalização destas realidades a nível municipal no âmbito das Estratégias Locais de Habitação (ELH). Apesar da abrangência dos critérios utilizados para a identificação destes casos,² persistem desafios relacionados com a escassez da informação em termos de escala, detalhe e atualização relativa aos contextos urbanos mais desfavorecidos. Esta escassez de informação deriva de diversos fatores, nomeadamente: a baixa representatividade de alguns grupos sociais junto do poder público – e consequente desconhecimento da realidade quotidiana destas comunidades –, bem como as limitações associadas aos levantamentos censitários em contextos urbanos marcados pela precariedade socio-habitacional. A periodicidade decenal dos censos inviabiliza uma captura fiável da realidade destes territórios, caracterizados por uma elevada velocidade de transformação social e urbana. Em simultâneo, a existência de situações de cidadania incerta relacionada com processos de migração, bem como a tendência crescente de digitalização do próprio levantamento censitário, dificulta a recolha de dados, seja por receio ou pela baixa literacia das populações. Finalmente, destaca-se o facto de os inquéritos censitários não abrangerem dimensões mais qualitativas de análise, tais como perceções sobre políticas públicas e repostas municipais, suscetibilidade

1 Clair et al. (2018) medem a precariedade habitacional com base em quatro dimensões: acessibilidade económica, segurança de permanência, qualidade da habitação e acesso a serviços essenciais. Consideram-se em situação precária as pessoas para quem os custos habitacionais representam um pesado encargo, que sofreram ou antecipam despejos ou deslocações forçadas, que vivem em habitações inadequadas ou que enfrentam dificuldades no acesso a serviços básicos.

2 Os critérios de indignidade habitacional utilizados no âmbito do Programa Primeiro Direito incluem situações de carência financeira (rendimento e insegurança de permanência no local), condições habitacionais indignas (precariedade, insegurança, insalubridade, sobrelotação ou desadequação), pessoas em condições de vulnerabilidade, núcleos precários e degradados (Pinho et al., 2022).

das populações a ações de demolição e despejo, níveis de satisfação residencial, acesso a serviços e cuidados de saúde, bem como perspectivas da população sobre o seu futuro.

Diante desta realidade exigem-se novos métodos de análise e colaboração em proximidade, que permitam ampliar o conhecimento sobre as situações de vulnerabilidade socio-espacial de forma a melhorar a eficácia dos processos de decisão pública.

Este artigo apresenta os resultados de um inquérito socio-habitacional construído, aplicado e discutido em conjunto com organizações locais em três bairros desfavorecidos do município de Loures: o bairro municipal da Quinta da Fonte e dois bairros autoconstruídos e precários, erguidos em terrenos ocupados: Talude Militar e Montemor. A metodologia transdisciplinar adotada nesta investigação incluiu o envolvimento dos habitantes na coprodução e aplicação de um inquérito local nos três casos de estudo, visando obter informação mais precisa e situada sobre os fenómenos de urbanização da pobreza na AML. Este processo de investigação-ação (Fals Borda e Rahman, 1991) permitiu não apenas uma recolha de dados que abrange diversas dimensões de precariedade socio-habitacional, mas também o autoconhecimento, empoderamento e sensibilização da população sobre os seus direitos e oportunidades de intervenção junto dos representantes políticos e da sociedade em geral. O próximo capítulo (2) apresenta o enquadramento teórico incidindo nos conceitos de pobreza urbana e acesso à habitação, e na contextualização desses fenómenos a diversas escalas. Segue-se (3) a descrição da metodologia utilizada na operacionalização do inquérito socio-habitacional bem como na análise de dados. Por fim, procede-se (4) à apresentação dos resultados, englobando diversas dimensões (caracterização da população residente, condições habitacionais, satisfação residencial, problemas de saúde, trajetórias residenciais, expectativas futuras e literacia relativa a políticas públicas), (5) à discussão e (6) às conclusões.

POBREZA URBANA E ACESSO À HABITAÇÃO - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A persistência do fenómeno da pobreza urbana no século XXI constitui um desafio urgente que exige respostas políticas e sociais abrangentes. A crescente dissonância entre o crescimento macroeconómico e a melhoria das condições de vida nos bairros mais pobres das cidades contemporâneas está profundamente ligada a transformações estruturais na economia e na sociedade. Wacquant (1999) destaca o modo como a desindustrialização e o enfraquecimento do Estado de bem-estar social criam guetos urbanos marcados pela exclusão social e pela precariedade habitacional. Castells (2005) reforça esta

ideia ao relacionar a desvinculação progressiva entre as condições de reprodução do capital e de reprodução social do trabalho – ocorrida no âmbito das dinâmicas de reestruturação económica – com os fenómenos de segregação espacial. Além disso, a financeirização da habitação é um fator central para compreender a atual crise urbana (Aalbers, 2016). Sassen (2014), Harvey (2006) e Rolnik (2015) mostram que a transformação da habitação e do solo num ativo financeiro especulativo desloca o seu papel social, contribuindo para o aumento das desigualdades socio-espaciais, da pobreza urbana e da insegurança de posse. Em muitos países europeus, a habitação representa já a maior despesa das famílias; contudo, o crescimento dos salários não tem acompanhado a rápida valorização dos preços imobiliários, criando uma crescente dificuldade de acesso a habitação adequada (Eurofound, 2023).

A insuficiência das políticas públicas habitacionais e sociais para fazer face a estas pressões é amplamente reconhecida na literatura académica. Clair et al. (2018) e Arbaci (2019) destacam que as respostas dos Estados-Membros da União Europeia têm sido insuficientes para mitigar a crise habitacional, especialmente para os grupos mais vulneráveis. Bolt e Czirfusz (2022) evidenciam que a falta de investimento em habitação social e a ausência de regulação eficaz do mercado de arrendamento contribuem para a perpetuação da precariedade. Além disso, Hick e Lanau (2017), mas também a mais recente publicação do Housing Europe (2023), sublinham que a combinação de políticas habitacionais fragmentadas e a pressão demográfica resultante da migração aumentam a desigualdade no acesso à habitação digna, exigindo uma revisão urgente das estratégias públicas para garantir a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida.

Em Portugal, apesar dos progressos significativos no bem-estar das populações proporcionados pela democracia e pelo processo de consolidação do Estado-Providência, persistem situações de pobreza e de precariedade habitacional. Segundo dados do mais recente inquérito aos rendimentos e condições de vida, 15,4% da população portuguesa encontrava-se em risco de pobreza e exclusão social (INE, 2025). Apesar da incidência destes fenómenos ser superior nos territórios rurais, a AML foi a região do país onde ocorreram os maiores aumentos da pobreza – que abrange quase meio milhão de pessoas – e dos níveis de desigualdade socioeconómica entre 2017 e 2022 (Rodrigues, 2019; Tavares e Carmo, 2023). No que respeita às carências habitacionais existentes, o número calculado pelo Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) em 2018 (26 000 pessoas) e que sustenta o desenho do Programa 1.º Direito – destinado a resolver as situações de indignidade habitacional – está largamente ultrapassado. De acordo com o último relatório da Comissão Nacional de Acompanhamento do PRR (CNA PRR, 2025), já são 143 283 as situações de

indignidade habitacional identificadas pelos municípios através das ELH,³ o que indicia dificuldades na concretização dos objetivos a que o programa se propõe (Jorge, 2022; Mendes, 2020).

A precariedade socio-habitacional na AML resulta da combinação de fatores estruturais, económicos e sociais que se agravaram nas últimas décadas. Os principais motivos incluem a pressão turística e imobiliária, o *stock* insuficiente de habitação pública e acessível, a falta de políticas públicas que promovam o direito à habitação, as dinâmicas demográficas e a degradação do parque habitacional. Portugal é o país europeu onde o custo das casas mais subiu, tendo registado um crescimento acumulado de cerca de 120% entre 2010 e 2024 (Eurostat, 2025), resultando no acréscimo dos preços das rendas e da compra de casas muito acima do crescimento dos salários (Rodrigues et al., 2024). Na AML, o valor mediano das rendas atingiu 13,53€/m² em 2024, o mais alto do país, levando 74% dos inquilinos a gastarem mais de 35% do rendimento em habitação (Monnini et al., 2025). Comparando o rácio preço da habitação/rendimento, Portugal tem a menor acessibilidade de habitação entre os países europeus; o que resulta, sobretudo, da aceleração do aumento do preço da habitação (Jorge, Oro e Roseta, 2024).

As dificuldades de acesso à habitação que hoje se observam devem ser contextualizadas diacronicamente, no âmbito de decisões de política económica e de desregulamentação que culminaram na progressiva financeirização e mercadorização da habitação em Portugal (Santos, 2019a; Tulumello e Dagkouli-Kyriakoglou, 2021). Durante a década de 1990, os processos de privatização e liberalização do setor financeiro e a entrada do país na União Económica e Monetária (1999) facilitaram o acesso dos bancos aos mercados internacionais de dívida, impulsionando regimes de crédito à habitação e construção mais eficazes (Santos, 2019b). Medidas como o Programa Especial de Realojamento (PER) permitiram o realojamento de dezenas de milhares de famílias, melhorando indicadores como o saneamento, o abastecimento de água e energia, e as condições de habitabilidade. No entanto, devido à falta de visão estratégica e à ausência de políticas integradas, o PER acabou por fomentar segregação social e concentração de pobreza (Allegra et al., 2017; Cachado, 2023; Cachado, 2013; Tulumello e Allegra, 2020). Simultaneamente, a promoção pública da

3 A metodologia utilizada no âmbito das Estratégias Locais de Habitação é variável a nível municipal mas de forma geral inclui: “Levantamento das situações subjacentes aos pedidos de habitação feitos junto dos serviços municipais; Levantamento no terreno, por parte dos serviços do município ou de equipas técnicas contratadas para o efeito, de situações previamente sinalizadas, em particular, núcleos precários e núcleos degradados; Levantamento das condições habitacionais do parque público de habitação; Levantamento das situações sinalizadas por outras entidades no terreno” (Pinho, Carvalho e Vale, 2022, p. 20).

habitação foi sendo reduzida (Serra, 2019). Entre 2002 e 2011, o orçamento estatal para a habitação caiu de 631 para 174 milhões de euros (IHRU, 2015).

Após a crise de 2008, o acordo com a *troika* impôs medidas de austeridade (Caldas, 2012), incluindo o Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU) de 2012, que facilitou despejos e liberalizou rendas (Tulumello, 2016). As políticas de austeridade e a estratégia de reforço da atratividade turística e rentabilização urbana tomadas na sequência do programa de ajustamento (2011-2014) incidiram negativamente sobre dois aspetos essenciais no combate à pobreza: o emprego e a habitação.

O crescimento do turismo e do alojamento local, promovidos por políticas concretas e por incentivos fiscais, retiraram milhares de casas do mercado residencial tradicional, agravando a escassez da oferta e inflacionando os preços (Rodrigues et al., 2024). Paralelamente, a estratégia de desvalorização interna e a precarização laboral traduziram-se, entre 2010 e 2017, no incremento da pobreza, do desemprego e das assimetrias salariais, afetando maioritariamente as camadas mais desfavorecidas e mais jovens da população (Coelho, 2020; Rodrigues, Figueiras e Junqueira, 2016). Esta conjuntura criou limitações graves no acesso à habitação, em especial da população residente nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, gerando novas assimetrias e vulnerabilidades socio-territoriais (Antunes et al., 2024; Antunes e Seixas, 2022; Santos, 2023). Mais recentemente, salientam-se os impactos socioeconómicos e na saúde decorrentes da pandemia de Covid-19 (2019-2023) que incidiram sobretudo sobre as pessoas com menores níveis de rendimento e escolaridade, os trabalhadores precários (por exemplo, trabalhadores do turismo e do comércio), a comunidade imigrante, bem como sobre os territórios precários e densamente habitados. O agravamento das desigualdades socioeconómicas e urbanas na sequência da crise sanitária ocorreu de forma interseccional implicando género, grupos étnico-raciais, classes sociais e geografias de vulnerabilidade (Lages, 2022; Pereira e Matos, 2020; Tavares, 2023).

A ausência de uma estratégia robusta de construção de habitação acessível e de regulação do mercado de arrendamento agravou o problema (Santos, 2019a). Apenas 3,5% do parque habitacional da AML é público (INE, 2015), sendo insuficiente para responder à procura das famílias vulneráveis. Desde o PER, poucas novas habitações sociais têm sido construídas e os fundos para a gestão e manutenção dos conjuntos habitacionais públicos têm sido escassos (Carreiras, 2018). Muitos bairros de habitação pública apresentam condições degradadas e são, eles próprios, focos de indignidade habitacional. A nível metropolitano, a inacessibilidade habitacional afeta cerca de 60% dos agregados familiares, sendo que, neste contexto, as cerca de 50 000 famílias (4% dos agregados) que vivem em condições habitacionais indignas têm ainda maior

dificuldade em aceder ao mercado de habitação (Pinho et al., 2022). No estudo realizado por Monnini et al. (2025) sobre o mercado de arrendamento, quase 90% dos inquilinos inquiridos alegaram ter pelo menos um problema de habitabilidade nas suas casas, incluindo problemas estruturais, de humidade, falta de isolamento térmico ou deterioração. O aumento da imigração e a concentração da população em Lisboa criaram uma procura adicional, muitas vezes canalizada para habitação partilhada e precária, em condições com elevados graus de precariedade. A AML revela, assim, um fenómeno multifacetado, alimentado por desigualdades económicas, políticas públicas insuficientes, especulação imobiliária e degradação do parque habitacional.

LOURES E A PLATAFORMA DE HABITAÇÃO DE LOURES - CASOS DE ESTUDO

O município de Loures destaca-se por ser um dos territórios mais vulneráveis da AML, onde persistem situações de privação social e carência habitacional severas. É também uma zona de forte atratividade para a população migrante e de minorias étnicas, bem como para residentes de outros concelhos que procuram soluções mais acessíveis face às pressões imobiliárias da capital.

Loures dispõe de 2503 fogos de habitação social, representando apenas 2,5% do parque habitacional total (INE, 2015). Muitos destes alojamentos, construídos ao abrigo do PER entre 1995 e 2000, enfrentam crescentes dificuldades de manutenção e degradação justificados a nível da administração local pela ausência de recursos municipais para investimentos estruturais. Em paralelo, as necessidades habitacionais aumentaram substancialmente, como demonstra o registo de pedidos de habitação ao município. Os indicadores sociais confirmam esta situação crítica: níveis de escolaridade, empregabilidade e rendimento muito abaixo da média metropolitana, e 75% dos agregados fiscais com ganhos inferiores a quatro IAS (Indexante dos Apoios Sociais; 29916 euros anuais), o que os coloca formalmente em situação de carência financeira.

A ELH de Loures, elaborada em 2021, indica 3804 agregados familiares em condições habitacionais indignas. No seguimento desta Estratégia surgiu, em 2022, a Plataforma de Habitação de Loures (PHL), organização informal e autogerida que integra associações de moradores, associações locais e habitantes, representando tanto bairros municipais como autoconstruídos. Desde a sua primeira assembleia, em maio de 2022, a PHL identificou como prioridade a produção de dados locais capazes de contrariar a ausência de informação atualizada e de desafiar a subestimação das carências habitacionais registada na ELH. Para os seus membros, o levantamento institucional não refletia a

realidade quotidiana das suas comunidades, invisibilizando situações de precariedade extrema e desvalorizando reivindicações antigas pelo direito à habitação.

A construção desse conhecimento local foi, assim, entendida pela PHL como condição inicial essencial para a elaboração de contrapropostas, face à insuficiência das respostas do poder público. O envolvimento continuado de um grupo de investigadores com ligações prévias aos bairros, desde a génese da Plataforma, permitiu articular apoio técnico e metodológico à produção de dados, enquadrando os inquéritos comunitários apresentados e discutidos neste artigo.

O enfoque nos bairros da Quinta da Fonte e do Talude Militar (ambos situados na União de Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação) e de Montemor (Loures), é ilustrativo dos processos de urbanização da pobreza nas suas múltiplas tipologias e escalas, evidenciando a concentração espacial da precariedade socio-habitacional que se verifica tanto em contextos de habitação pública como em bairros autoconstruídos. Estes territórios partilham condições de vulnerabilidade, mas apresentam trajetórias distintas em termos de origem, composição social e relação com o poder público, o que permite, neste artigo, uma análise comparativa sobre diferentes regimes de produção da habitação.

Na Quinta da Fonte (figura 1), bairro municipal construído no âmbito do PER, onde residem 2249 pessoas, segundo os Censos de 2021, observa-se a face institucional da habitação pública, com os seus dilemas de gestão, manutenção e estigmatização social.

O Talude Militar (figura 2), bairro autoconstruído em terreno privado no pós-25 de Abril, resulta da proliferação de construção dita “clandestina” ao longo da Estrada Militar, herdando a memória dos antigos “bairros de barracas”. Apesar de incluído no PER, os seus habitantes nunca foram integralmente realojados e, com a pandemia, assistiu-se a uma nova vaga de construções precárias, acolhendo famílias em situação de desemprego e sem capacidade de suportar custos no mercado formal de habitação.

Montemor (figura 3), por sua vez, resulta da ocupação de um antigo estaleiro de obra abandonado, iniciada já na segunda década do século XXI, revelando a persistência de processos de autoconstrução num período em que se assumia ultrapassada a questão das “barracas” com o PER. O bairro demonstra que, na ausência de alternativas acessíveis, a construção precária permanece como única solução habitacional para grupos sociais com menores recursos e excluídos do mercado formal.

Em conjunto, estes três casos revelam a coexistência de diferentes formas de produção da precariedade urbana – institucionalizada, invisibilizada e

FIGURA 1
Bairro da Quinta da Fonte



FIGURA 2
Bairro do Talude Militar



FIGURA 3
Bairro de Montemor



emergente –, confirmando que a urbanização da pobreza na Área Metropolitana de Lisboa não é um fenómeno do passado, mas uma realidade que persiste e que se transforma. Foi neste contexto que a aplicação de um autocenso se assumiu como ferramenta metodológica capaz de captar dinâmicas menos visíveis e de contribuir para robustecer as reivindicações da Plataforma.

AUTOCENSO – METODOLOGIA

Os inquéritos foram desenvolvidos em regime de autocenso, através de dados gerados pela própria comunidade (*citizen-generated data*) (Piovesan, 2017; Siqueira e Ramalho, 2022), em estreita colaboração entre associações locais, moradores e investigadores. Este processo assentou numa abordagem emancipatória da ciência de dados (Monroe-White, 2021), que teve em consideração as experiências anteriores das associações locais na produção de inquéritos. A coprodução deu-se em dois momentos: na elaboração do inquérito, através de colaboração entre os investigadores e os representantes das associações locais, e na definição de estratégias para a sua operacionalização. Foram realizadas sessões de formação entre os investigadores e as comissões locais (indicadas pelas associações, incluindo moradores dos bairros) responsáveis pela aplicação (figura 4).

A formação visou clarificar a pertinência dos inquéritos e a sua operacionalização, frisando questões éticas e metodológicas, como a recolha e o consentimento informado. A técnica de amostragem seguiu um modelo não probabilístico de “bola de neve”, alcançando elevada cobertura populacional nos bairros autoconstruídos e uma amostra representativa na Quinta da Fonte.

FIGURA 4

Encontros de formação com as comissões locais nos bairros do Talude Militar e na Quinta da Fonte



Fonte: CH4, 2023

O questionário incluiu 64 questões de resposta maioritariamente fechada, organizadas em cinco blocos: perfil sociodemográfico, condições habitacionais, saúde, trajetórias residenciais e expectativas futuras. Entre 2023 e 2024, foram validados 74 inquéritos no Talude Militar, 92 em Montemor e 329 na Quinta da Fonte, representando um universo familiar de, respetivamente, 277, 383 e 1084 pessoas. A análise dos inquéritos baseou-se em métodos de estatística descritiva, tal como distribuições de frequência e categorização dos resultados. Após a recolha e tratamento dos dados dos inquéritos, realizaram-se dois seminários públicos de restituição dos resultados, em março e maio de 2024 (figura 5). Estes incluíram moradores dos bairros, técnicos e decisores da Câmara Municipal de Loures, investigadores e membros integrantes da PHL. A discussão dos resultados e do conhecimento produzido no âmbito deste processo transdisciplinar constitui-se como um elemento-chave de diálogo entre as comunidades e o poder político. Também se organizaram momentos de restituição para os habitantes, promovidos pelas associações locais, enquadrados nas atividades da Plataforma e com o apoio dos investigadores envolvidos.

FIGURA 5

Seminários de restituição de resultados, respetivamente a 5 de março de 2024 e a 7 de maio de 2024



Fonte: C4H, 2024

RESULTADOS

A análise dos inquéritos realizados nos três bairros permite evidenciar realidades distintas, mas convergentes em torno da persistência da precariedade socio-habitacional e da reprodução da pobreza urbana. Os dados recolhidos, para além da sua dimensão estatística, oferecem um retrato situado das

estratégias de sobrevivência, das percepções sobre o bairro e das expectativas face ao futuro, revelando dinâmicas estruturais que a informação oficial não considera ou invisibiliza. Nesta secção, os resultados são organizados em quatro eixos analíticos: (1) perfis sociodemográficos e económicos; (2) condições habitacionais e infraestruturais; (3) saúde, trajetórias residenciais e dinâmicas comunitárias; e (4) expectativas habitacionais e percepção das políticas públicas.

PERFIS SOCIODEMOGRÁFICOS E ECONÓMICOS

Os três bairros apresentam composições populacionais diferenciadas, mas todas marcadas por fragilidades estruturais e por uma forte presença de grupos sociais minoritários.

Na Quinta da Fonte, bairro de realojamento construído no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER) em 54 lotes de edifícios de arrendamento municipal e 18 lotes em cooperativa de habitação, predominam residentes de nacionalidade portuguesa, muitos já nascidos no bairro ou em concelhos limítrofes. Mais de metade da população inquirida nasceu em Portugal (63%) e 68% possui nacionalidade portuguesa. Contudo, a diversidade de origem é expressiva, com presença significativa de famílias originárias de países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP). A estrutura etária revela uma população mais envelhecida: metade dos inquiridos tinha 50 ou mais anos, contrastando com os outros dois bairros. Quase metade dos agregados vivem em casal (com ou sem filhos) e cerca de 19% correspondem a famílias monoparentais.

Em termos socioeconómicos, a Quinta da Fonte é marcada por baixos níveis de escolaridade e forte dependência de prestações sociais. Apenas 10 inquiridos possuem ensino superior (3%), e mais de metade das famílias vivem com rendimentos até dois salários mínimos. O desemprego, associado a situações de trabalho informal, atinge cerca de um terço dos inquiridos, enquanto 64% dos agregados beneficiam de prestações sociais, sendo que o abono de família e as pensões perfazem 70% das mesmas. Este perfil confirma a literatura que aponta para a “institucionalização da pobreza” nos bairros de realojamento social (Allegra et al., 2017; Cachado, 2023), onde o Estado substitui carências estruturais por rendas sociais, sem conseguir romper o ciclo de exclusão.

Em Montemor, bairro autoconstruído mais recente, o perfil populacional é distinto. A maioria dos inquiridos nasceu em São Tomé e Príncipe (82%) e 41% detêm nacionalidade portuguesa. A população é maioritariamente jovem, com predominância de indivíduos entre os 35 e os 44 anos. A composição familiar é diversificada: 44% vivem em casal, com ou sem filhos, enquanto 22% são agregados monoparentais ou unipessoais. Os níveis de escolaridade

são reduzidos, 28% conseguiram terminar o ensino secundário, mas 71% têm até ao 3.º ciclo do ensino básico e apenas um inquirido referiu ter formação superior. A inserção laboral faz-se sobretudo em setores precarizados – limpezas, cuidado, construção e comércio –, com rendimentos predominantemente inferiores ao salário mínimo. A taxa de desemprego ronda os 17% e 34% das famílias recebem prestações sociais, mas são sobretudo abonos de família. Apenas duas pessoas indicaram receber Rendimento Social de Inserção (RSI) e subsídio de desemprego. Montemor ilustra, assim, a sobreposição de exclusões: migratória, laboral e habitacional.

O Talude Militar, por sua vez, apresenta uma realidade marcada pela longa presença de famílias cabo-verdianas, mas também pela chegada recente de migrantes são-tomenses. Dos inquiridos, 74% nasceram em Cabo Verde e quase metade já obteve nacionalidade portuguesa, o que revela processos de integração diferenciados. Os agregados são mais numerosos: 31% têm mais de cinco pessoas. Em termos laborais, 68% encontram-se empregados, sobretudo nos setores das limpezas e da construção, mas os rendimentos continuam baixos – 43% recebem até 760 euros. A taxa de desemprego é de 20%, mas nenhum inquirido beneficia de subsídio de desemprego, revelando lacunas de proteção social.

Em síntese, os três bairros evidenciam uma forte clivagem entre bairro de realojamento e bairros autoconstruídos. No primeiro, a pobreza está mais institucionalizada e associada a rendimentos sociais; nos segundos, emerge da informalidade laboral e da exclusão administrativa. Em ambos os casos, porém, a pobreza é racializada, atingindo de forma desproporcional populações migrantes e descendentes de imigrantes.

CONDIÇÕES HABITACIONAIS E INFRAESTRUTURAS

As condições de habitação variam significativamente, configurando um gradiente de precariedade. Na Quinta da Fonte, cerca de 27% dos inquiridos reportaram problemas de humidade e infiltrações, 11% má qualidade construtiva e 8% sobrelotação. Embora a maioria das casas disponha de eletricidade, água e saneamento, os problemas de pobreza energética são expressivos: 34% não têm qualquer sistema de aquecimento. O facto de 11% dos inquiridos considerarem estar em risco de despejo, sobretudo por ocupação não autorizada, revela que a insegurança habitacional também atinge bairros de habitação pública, contrariando a perceção de que estes garantem estabilidade plena (Saaristo, 2025).

Em Montemor, a precariedade é mais acentuada. Mais de metade das casas apresentam problemas de humidade ou infiltrações (58%) e 31% referem má qualidade construtiva. Embora apenas 35% dos inquiridos tenham indicado

ausência de ligação à rede de água, esgotos e eletricidade, este valor não traduz a totalidade da realidade, uma vez que o bairro não é formalmente servido por estas infraestruturas públicas. A ausência de rede regular e universal de abastecimento confirma a condição estrutural de exclusão territorial, que os dados recolhidos apenas captam parcialmente. A pobreza energética é grave: 64% das casas não possuem qualquer forma de aquecimento. Foram ainda reportados seis casos de demolição e cinco de despejo, cuja solução passou pela reconstrução no bairro ou pelo recurso a redes familiares.

No Talude Militar, os dados confirmam: 74 inquiridos reportaram 192 condições de precariedade, 78% das casas apresentam problemas de humidade e infiltrações, 61% não têm saneamento, 32% não têm água e 27% não têm eletricidade. Neste bairro há situações distintas para os moradores mais antigos, com infraestruturação regularizada, e os mais recentes com fornecimento de água e saneamento precário e insuficiente. Além disso, 58% não possuem qualquer sistema de aquecimento, reforçando a vulnerabilidade energética. Seis famílias reportaram ter sofrido demolições e quatro enfrentaram despejos.

Estes resultados demonstram que a precariedade não é exclusiva da informalidade: também a habitação pública, quando desinvestida e mal gerida, pode gerar condições indignas. A dualidade entre exclusão institucionalizada (habitação social degradada) e exclusão invisibilizada (bairros autoconstruídos não reconhecidos) constitui uma expressão concreta da urbanização da pobreza na AML.

SAÚDE, TRAJETÓRIAS RESIDENCIAIS E DINÂMICAS COMUNITÁRIAS

A saúde constitui uma das dimensões mais reveladoras da sobreposição entre pobreza e habitação precária. Na Quinta da Fonte, mais de metade dos inquiridos reportaram problemas de saúde no agregado familiar, com destaque para hipertensão (30%), diabetes (22%) e doenças respiratórias (19%). No Talude, a prevalência é ainda mais elevada: a hipertensão atinge 35% dos agregados, os diabetes 28% e as dificuldades respiratórias 22%. Em Montemor, as taxas são menores (20% hipertensão, 16% diabetes, 16% dificuldades respiratórias), mas ainda assim significativas. A pandemia de Covid-19 agravou estas condições, sobretudo pela perda de rendimentos e empregos, resultados em linha com investigações anteriores (Lages, 2022). Em Portugal, as doenças crónicas constituem um dos principais problemas de saúde pública, afetando de forma desigual a população. Segundo a Direção-Geral da Saúde (2022), a hipertensão atinge cerca de 36% dos adultos, a diabetes 9,8% e as doenças respiratórias crónicas rondam os 12%. Os valores registados nos bairros de Loures revelam, portanto, prevalências superiores à média nacional, confirmando o peso

da precariedade habitacional e da pobreza na produção de desigualdades em saúde. Estes resultados reforçam que a habitação inadequada não é apenas um problema social, mas um determinante direto da saúde coletiva.

Os protocolos médicos surgem de forma marcante nos inquéritos realizados nos bairros da Apelação, Talude Militar e Montemor, revelando a ligação estreita entre precariedade habitacional e condições de saúde. Estes acordos entre Portugal e os PALOP, em vigor há quase cinco décadas, foram concebidos para garantir o acesso a tratamentos hospitalares indisponíveis nos países de origem. Contudo, a experiência dos pacientes evacuados e das suas famílias revela um paradoxo: ao mesmo tempo que asseguram cuidados de saúde vitais, estes acordos expõem muitos dos seus beneficiários a situações de precariedade habitacional e social (Henriques, 2012; Lombra et al., 2017). Os inquéritos confirmam esta realidade: 38% das famílias em Montemor e 23% no Talude chegaram a Portugal ao abrigo destes protocolos. Embora o Estado português garanta o tratamento hospitalar, cabe aos países emissores – frequentemente frágeis em termos institucionais e financeiros – assegurar alojamento e apoios durante o período de estadia. Em Montemor, 73% das pessoas indicam que a embaixada do seu país não ajudou e 24% que só apoiou à chegada. Já no Talude Militar, os valores referem que 53% foram apoiadas, 18% tiveram apoio inicial e 18% referem ainda que nunca tiveram qualquer ajuda. Na Quinta da Fonte, apenas 14 inquiridos (4%) ou alguém da sua família vieram de outros países para tratamento médicos. Esta diferença entre o bairro municipal e os dois bairros autoconstruídos em análise aponta para uma crescente dificuldade em encontrar alojamento digno, a preços que pessoas deslocadas consigam pagar.

As trajetórias residenciais diferenciam os três bairros. Na Quinta da Fonte, 77% das famílias residem no bairro há mais de dez anos, refletindo a baixa mobilidade dos bairros de realojamento. Em Montemor, 70% chegaram nos últimos seis anos, evidenciando uma forte rotatividade e fluxos migratórios recentes. No Talude Militar coexistem dois padrões: 42% vivem há mais de vinte anos, mas 28% chegaram há menos de três, confirmando a sobreposição de velhas e novas migrações.

As dinâmicas comunitárias também divergem. Na Quinta da Fonte, as relações de vizinhança são frágeis (47% reportam pouca ou nenhuma relação) e a participação comunitária é baixa (27%). Em Montemor e no Talude Militar, pelo contrário, é mais forte: mais de metade dos inquiridos participam em iniciativas comunitárias, e a maioria considera os próprios moradores os principais responsáveis pela manutenção do bairro. Este dado confirma a literatura sobre autoconstrução (Pérez e Araos, 2024), segundo a qual a informalidade, embora precarizante, pode gerar redes de solidariedade e de cuidado.

EXPETATIVAS HABITACIONAIS E PERCEÇÃO
DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

As expetativas dos moradores revelam um dado central: a maioria deseja permanecer nos bairros, desde que as condições habitacionais sejam melhoradas e a posse regularizada. Na Quinta da Fonte, 61% querem continuar no bairro; em Montemor, 84%; e no Talude Militar, 76%. Em todos os casos, as preferências centram-se na melhoria *in situ*, através de regularização fundiária, de obras de reabilitação ou de realojamento nas imediações. É de salientar que, apesar das condições precárias em Montemor, e mesmo perante a sobrecarga quotidiana de 27% dos moradores que demoram mais de duas horas no trajeto casa-trabalho, a opção pela permanência no bairro prevalece. Este desejo contrasta fortemente com o discurso político dominante, que continua a privilegiar a “erradicação” dos bairros autoconstruídos e o realojamento em habitação social, frequentemente em contextos segregados. E quem não quer ficar? Na Quinta da Fonte 34% dos inquiridos equacionam o futuro fora do bairro. Para estes, os valores elevados do mercado de habitação (26%), a estabilidade laboral (16%), as dificuldades de financiamento das famílias (21%) ou a perda da rede de proximidade (14%) são os principais entraves identificados à concretização dos seus objetivos.

No Talude Militar, 24% dos inquiridos manifestaram intenção de sair do bairro. Entre os principais fatores que influenciam esta decisão encontram-se o desejo de ser realojado noutra local (18%) ou de beneficiar de um subsídio de arrendamento (6%). Para estes, os constrangimentos mais relevantes prendem-se com a fragilidade da habitação existente, a instabilidade das soluções de arrendamento e a ausência de respostas institucionais que deem continuidade ao protocolo médico ou ao percurso migratório iniciado.

Os inquéritos revelam ainda um desconhecimento generalizado sobre políticas de apoio. Apenas 20% dos inquiridos da Quinta da Fonte conhecem o programa 1.º Direito, 17% em Montemor e 4% no Talude Militar, mostrando que os moradores em geral têm pouco conhecimento sobre as políticas de habitação que, em princípio, os poderiam beneficiar. Dos que realizaram pedidos de habitação ao município (34% em Montemor e 29% no Talude), há famílias que aguardam resposta há mais de uma década, um indicador de que as repostas às condições de precariedade não são céleres.

A discrepância entre expectativas locais e estratégias institucionais confirma a existência de uma clivagem estrutural. Enquanto os moradores reivindicam permanência e melhoria, as instituições promovem deslocação e dispersão. Este desencontro não resulta apenas de falhas de comunicação, mas de uma recusa em reconhecer os moradores como sujeitos com direitos

e parceiros ativos (Falanga et al., 2019). Trata-se de uma reprodução da marginalidade urbana (Wacquant, 1999): a pobreza é gerida através de políticas que removem, controlam ou dispersam populações, em vez de responderem às suas necessidades concretas.

DISCUSSÃO

Em conjunto, os resultados evidenciam que a urbanização da pobreza em Loures se materializa de formas diferenciadas, mas interligadas: através da degradação da habitação social, da precariedade dos bairros autoconstruídos e da persistência de desigualdades raciais e de classe no acesso a emprego, rendimentos e políticas públicas. A análise comparativa dos três bairros mostra que a pobreza urbana não pode ser reduzida a uma questão de rendimento ou de habitação, mas constitui uma condição estrutural alimentada por políticas que reproduzem exclusão na AML (Malheiros, Silva e Júnior, 2024). Ou seja, os resultados obtidos evidenciam que os fenómenos de urbanização da pobreza na Área Metropolitana de Lisboa assumem expressões diferenciadas consoante os contextos habitacionais analisados, mas partilham vulnerabilidades estruturais comuns.

Esta resulta de um *continuum* de precariedades – desde falhas na manutenção da habitação pública até à inexistência de condições mínimas em bairros informais – que desafia a fronteira convencional entre “formal” e “informal”.

A comparação dos resultados do Barómetro da Habitação (Azevedo e Santos, 2023) – obtidos por seleção aleatória por quotas (sexo, faixa etária e região) – com os resultados do inquérito socio-habitacional realizado nestes três bairros demonstra a sub-representação a nível estatístico das realidades socio-espaciais mais desfavorecidas, seja por questões de escala, seja pelo efeito de diluição dos valores extremos, na média observada para a população. Isto demonstra a importância da realização de inquéritos locais. Os resultados destes inquéritos divergem substancialmente dos apresentados no barómetro: ao contrário deste, a maioria da população inquirida não tem naturalidade portuguesa, à exceção do Bairro da Quinta da Fonte. O nível de escolaridade é substancialmente inferior ao apresentado e os níveis de desemprego substancialmente superiores. As famílias monoparentais apresentam uma expressão muito superior aquela que é apresentada no Barómetro, uma média de 11,5% *versus* uma média de 20% nos três bairros. No que respeita a problemas habitacionais, se as humidades e infiltrações/questões de pobreza energética convergem com os resultados do barómetro, Talude Militar e Montemor revelam problemas muito mais graves relacionados com a ausência de infraestruturas básicas ou com insuficiências estruturais.

Neste sentido, os resultados destes inquéritos locais, ao evidenciarem precariedades que escapam às médias estatísticas e ao olhar mais abrangente do Barómetro da Habitação, mostram como Loures concentra e amplifica vulnerabilidades habitacionais presentes em toda a Área Metropolitana de Lisboa. A análise confirma que a urbanização da pobreza se inscreve num mercado de habitação altamente “segmentado, inacessível e inseguro”, usando a caracterização que deu título ao estudo de Monini et al. (2025), onde o arrendamento formal já não assegura condições dignas e o mercado informal tende a crescer, acolhendo as situações mais graves. Como sublinham as autoras, é neste segmento “de menor expressão, mas tendencialmente em crescimento”, que se encontram as piores condições habitacionais, afetando de forma desproporcionada populações marcadas pela precariedade laboral, famílias monoparentais sem rede de suporte, discriminações raciais e de cidadania. Os bairros da Quinta da Fonte, Talude Militar e Montemor, ainda que distintos na sua génese e configuração, confirmam de forma clara este diagnóstico, tornando visível a interseção entre exclusão social, habitação precária e desigualdades estruturais na AML, moldada também por questões raciais (Alves, 2019, 2021). As comunidades que habitam estes territórios são em certa medida as principais “vítimas” da crise de habitação, seja porque se veem obrigadas a recorrer à autoprovisão de habitação, em condições indignas, seja porque assistem à frustração das suas expectativas de mobilidade socio-habitacional (Ribeiro, Poeschl e Santos, 2025).

Apesar das dificuldades, infere-se dos resultados obtidos que nem sempre os contextos de maior precariedade coincidem com perceções negativas sobre os bairros, em termos de características, vivências e sentimento de pertença. Este aspeto torna-se particularmente evidente nos bairros autoproduzidos, onde o esforço de provisão habitacional das famílias, conjuntamente com a invisibilidade a que estão sujeitos por parte do poder público, reforça as redes de vizinhança, o sentimento de pertença e a vontade de cuidar e gerir coletivamente os recursos e espaços partilhados. Inversamente, observa-se um maior desinteresse e até perceções menos positivas na Quinta da Fonte, um bairro de realojamento, cujas condições em termos de habitação, espaço público, comércio e serviços são superiores. Daqui se depreende que a construção do *habitat* não depende exclusivamente da provisão habitacional, implicando o reforço das dimensões do “comum” urbano – um aspeto que precede e sucede ao espaço habitado –, obrigando a repensar as operações de realojamento numa ética do cuidado e da gestão partilhada de recursos coletivos por parte dos diferentes atores (públicos, privados e sociais).

Importa sublinhar a discrepância entre a realidade retratada pelos inquéritos e os instrumentos oficiais de planeamento habitacional, que

frequentemente subdimensionam as carências existentes. Esta discrepância traduz uma falha estrutural na forma como o Estado recolhe, interpreta e age sobre dados relativos às populações mais vulneráveis, condicionando a eficácia das políticas públicas como o Programa 1.º Direito ou as ELH.

No entanto, a clivagem entre a atuação do poder local e as necessidades das populações mais desfavorecidas torna-se particularmente evidente quando analisados os processos de demolição e despejo, assim como as soluções de realojamento propostas. Nos bairros do Talude Militar e de Montemor, os dados recolhidos já apontavam para a fragilidade das respostas institucionais e para a insegurança habitacional vivida pelas famílias. Essa distância ganhou nova expressão em julho de 2025, quando ocorreram demolições no Talude Militar de forma abrupta e brutal, sem alternativas habitacionais adequadas para os agregados afetados. Estes episódios não são meros acontecimentos pontuais, mas ilustram a forma como a ausência de planeamento estruturado e de recursos para identificar e acompanhar as famílias elegíveis no âmbito das ELH – um desafio amplamente reconhecido pelos próprios municípios (Jorge, 2022) – resulta em práticas que, em vez de protegerem, agravam a vulnerabilidade. A conjugação de demolições coercivas com a lentidão ou ineficácia dos processos de realojamento reforça a marginalização dos moradores e perpetua uma lógica de governo da pobreza que privilegia o despejo em detrimento da reparação.

Por fim, e no seguimento de novos modos de *fazer*, discute-se o contributo metodológico deste estudo. O recurso a inquéritos comunitários permitiu não apenas recolher dados atualizados e detalhados sobre territórios sistematicamente invisibilizados pelos instrumentos oficiais (Censos, ELH), mas também envolver os próprios habitantes na definição do diagnóstico. Ao reconhecer os moradores como produtores de conhecimento, a metodologia contribuiu para ampliar a legitimidade das reivindicações locais, questionando as lógicas tecnocráticas que têm orientado a definição das políticas habitacionais em Portugal. Trata-se, assim, de uma prática de “ciência cidadã”, atenta ao cuidado e às questões do extrativismo académico (Ruiz-Tagle et al., 2025).

LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Apesar da relevância dos resultados obtidos, o presente estudo apresenta um conjunto de limitações que importa reconhecer. Em primeiro lugar, a amostragem seguiu uma técnica não probabilística em “bola de neve”, apoiada nas redes das associações locais. Embora esta opção tenha permitido alcançar uma cobertura alargada da população residente, sobretudo em contextos de difícil acesso, não garante representatividade estatística plena. Há, assim, risco de

enviesamento, por exemplo, através da sobrerrepresentação de agregados mais mobilizados ou com maior ligação às associações. Acresce também a elevada mobilidade populacional que dificulta a captura de um retrato estável da realidade local. Aponta-se ainda que a própria natureza do autocenso – baseado em respostas autorreportadas – pode introduzir limitações na fiabilidade de algumas variáveis, em especial naquelas relacionadas com rendimentos, saúde ou percepções sobre políticas públicas. Questões de literacia, barreiras linguísticas e situações de precariedade documental também se reconhece poderem ter tido influência na exatidão das respostas. Reconhecer estas limitações não diminui a pertinência do trabalho; pelo contrário, reforça a necessidade de investir em metodologias participativas, complementares às estatísticas oficiais, capazes de captar dinâmicas invisíveis e em rápida transformação.

CONCLUSÃO

Os resultados desta investigação permitem não apenas identificar desafios e vulnerabilidades experienciados por populações em situações de precariedade socio-habitacional na AML, mas também compreender os mecanismos territoriais e institucionais que reproduzem a urbanização de pobreza. Com a adoção de metodologias transdisciplinares baseadas na participação direta das comunidades no âmbito do processo de produção de dados foi possível produzir evidência que revela dimensões da exclusão socioespacial que permanecem invisibilizadas nos instrumentos tradicionais de diagnóstico. Este constitui, portanto, um dos contributos mais originais do artigo: demonstrar como a produção colaborativa do conhecimento amplia a capacidade analítica do diagnóstico sobre fenómenos de urbanização da pobreza nas suas múltiplas dimensões e permite incorporar saberes locais, frequentemente ausentes dos processos formais de planeamento.

Os resultados obtidos demonstram que a simples provisão habitacional, quando entendida de forma isolada, não é condição suficiente para mitigar os problemas de privação e exclusão social. O estudo reforça que as condições de insegurança laboral, a baixa valorização de qualificações, as desigualdades de acesso a serviços e infraestruturas básicas, e a fraca capacidade institucional de resposta emergem como fatores estruturais que perpetuam situações de vulnerabilidade. Assim, o artigo contribui para o debate sobre a urbanização da pobreza ao evidenciar o modo como a habitação é apenas um dos vértices de um sistema complexo de produção de desigualdades, o que obriga a uma compreensão integrada das políticas sociais, económicas e territoriais.

No âmbito das políticas públicas, os resultados oferecem indicações concretas para o desenho e implementação das Estratégias Locais de Habitação.

O estudo demonstra que a eficácia das EHL depende não apenas do volume de investimento ou da capacidade administrativa, mas também de:

- processos participativos robustos que permitam integrar prioridades comunitárias desde a fase de diagnóstico;
- articulação intersectorial, sobretudo entre habitação, inclusão social e emprego;
- monitorização contínua que considere indicadores de bem-estar para além da resposta habitacional;
- modelos diversificados de provisão, como por exemplo reabilitação, arrendamento apoiado, cooperativas, autoconstrução assistida e soluções transitórias dignas.

Por fim, o trabalho abre diversas pistas para investigação futura. Entre elas destacamos:

1. analisar longitudinalmente os efeitos das ELH e do Programa 1.º Direito nas trajetórias de vida das famílias, de modo a avaliar se as intervenções habitacionais se traduzem efetivamente em mobilidade social e na melhoria das condições de vida;
2. estudar comparativamente diferentes municípios da AML para compreender a forma como variações na capacidade institucional, nos modelos de governança e nas práticas participativas influenciam os resultados;
3. explorar o papel das redes informais, das solidariedades comunitárias e das economias locais como mecanismos de resistência e reprodução da vida em contextos de vulnerabilidade;
4. investigar os impactos das políticas de habitação nas dinâmicas de género, migração e racialização, aprofundando a forma como estes eixos estruturam desigualdades territoriais específicas.

Conclui-se que um caminho promissor para enfrentar as desigualdades urbanas exige não apenas políticas habitacionais mais integradas, mas também um compromisso duradouro com formas colaborativas de produção de conhecimento e de decisão pública. O reforço das articulações entre a academia, as comunidades e os agentes políticos surge como um caminho promissor para a construção de cidades mais justas, dignas, inclusivas e democraticamente governadas.

BIBLIOGRAFIA

- AALBERS, M. (2016), *The Financialization of Housing: A Political Economy Approach*, Londres, Routledge.
- ALLEGRA, M., TULUMELLO, S., FALANGA, R., CACHADO, R., FERREIRA, A. C., COLOMBO, A., ALVES, S. (2017), *Um Novo PER? Realojamento e Políticas da Habitação em Portugal*, Lisboa, Universidade de Lisboa.
- ALVES, A. R. (2019), “«Para eles, nós não somos humanos!»: habitação, território e a monitorização de violências racializadas em Portugal”, *Revista Direito e Práxis*, 10 (3), pp. 2068-2096. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2019/43878>.
- ALVES, A. R. (2021), *Quando Ninguém Podia Ficar: Racismo, Habitação e Território*, Lisboa, Tigre de Papel.
- ANTUNES, G., SEIXAS, J. (2022), “Impactos da pandemia na evolução do acesso à habitação na Área Metropolitana de Lisboa”. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 45, pp. 55-79. <http://journals.openedition.org/cidades/6529>.
- ANTUNES, G. (coord.) (2024), *Atlas do Acesso à Habitação em Portugal: 2016-2023*, Lisboa, CICS. NOVA. <https://doi.org/10.34619/apyi-6vvd>.
- ARBACI, S. (2019), *Paradoxes of Segregation: Housing Systems, Welfare Regimes and Ethnic Residential Change in Southern European Cities*, Nova Jérícia, Wiley. <https://doi.org/10.1002/9781118867365>.
- AZEVEDO, A. B., SANTOS, J. P. (2023), *Barómetro da Habitação*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- BILSON, J. M. (2005), “No owners of soil: redefining the concept of marginality”. In R. M. Dennis (ed.), *Marginality, Power and Social Structure: Issues in Race, Class, and Gender Analysis*, Oxford, Elsevier, pp. 29-47.
- BOLT, G., CZIRFUSZC, M. (2022), “Precariousness and the financialization of housing”. In M. Sybille, A. Siede (eds), *Precarious Housing in Europe*, Donau, Universität Krems, pp. 36-56.
- CACHADO, R. Á. (2013), “O Programa Especial de Realojamento. Ambiente histórico, político e social”. *Análise Social*, 48 (206), pp. 134-152.
- CACHADO, R. Á. (2023, agosto), “Mais um Programa Especial de Realojamento?”. *Le Monde diplomatique – edição portuguesa*, pp. 6-7.
- CALDAS, J. C. (2012, agosto), “The consequences of austerity policies in Portugal”. *International Policy Analysis*, pp. 1-5.
- CARREIRAS, M. (2018), “Integração socioespacial dos bairros de habitação social na área metropolitana de Lisboa: evidências de microsegregação”. *Finisterra*, 53 (107), pp. 67-85. <https://doi.org/10.18055/finis11969>.
- CASTELLS, M. (2005), *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. Volume I – A Sociedade em Rede*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- CLAIR, A., REEVES, A., MCKEE, M., STUCKLER, D. (2018), “Constructing a housing precariousness measure for Europe”. *Journal of European Social Policy*, 29 (1), pp. 13-28. <https://doi.org/10.1177/0958928718768334>.
- CNA PRR (2025), *Relatório 1/2025*, Lisboa, Comissão Nacional de Acompanhamento do PRR. https://cnappr.pt/wp-content/uploads/2025/06/Relatorio-1_2025-CNAPRR.pdf.
- COELHO, L. (2020), “Desigualdades na distribuição do rendimento, no trabalho e nas famílias”. In J. Reis (ed.), *Como Reorganizar Um País Vulnerável?*, Lisboa, Actual Editora, pp. 487-508.
- DGS (2022), *Plano Nacional de Saúde 2021-2030*, Lisboa, Direção-Geral da Saúde.

- DOMINGUES, Á., FERNANDES, A. S. (2016), “A urbanização da pobreza. Formação académica e consciência social”. *Estudo Prévio*, 9, pp. 1-23.
- EUROFOUND. (2023), *Unaffordable and Inadequate Housing in Europe*, Luxemburgo, Publications Office of the European Union.
- EUROSTAT. (2025), *Housing Price Statistics – House Price Index*, Luxemburgo, Eurostat. https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Housing_price_statistics_-_house_price_index.
- FALANGA, R., TULUMELLO, S., INCH, A., ALVES, A. R., JORGE, S., KUHNE, J., SILVA, R. (2019), “The «Caravana pelo Direito à Habitação»: Towards a New Movement for Housing in Portugal?”. *Radical Housing Journal*, 1, pp. 171-187.
- FALS BORDA, O., RAHMAN, M. A. (eds) (1991), *Action and Knowledge: Breaking the Monopoly with Participatory Action-Research*, Nova Iorque, Apex Press.
- HARVEY, D. (2006), *Spaces of Global Capitalism: A Theory of Uneven Geographical Development*, Londres, Verso.
- HENRIQUES, M. A. (2012), “A imigração PALOP em Portugal. O caso dos doentes evacuados [PALOP immigration in Portugal. The case of evacuated patients]”. *Forum Sociológico*, 22, pp. 53-62. <https://doi.org/10.4000/sociologico.573>.
- HICK, R., LANAU, A. (2017), *In-Work Poverty in the UK: Problem, Policy Analysis and Platform for Action*, Cardiff, Cardiff University. https://www.cardiff.ac.uk/_data/assets/pdf_file/0009/758169/Hick-and-Lanau-In-work-poverty-in-the-UK.pdf.
- HOUSING EUROPE (2023), *The State of Housing in Europe 2023*, Housing Europe Observatory. https://www.stateofhousing.eu/The_State_of_Housing_in_Europe_2023.pdf.
- IHRU (2015), *1987-2011. 25 anos de Esforço do Orçamento do Estado com a Habitação*, Lisboa, Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana.
- INE (2015), *Inquérito à Caracterização da Habitação Social*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2025), *Inquérito às Condições de Vida e Rendimento*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- JORGE, S. (2022), “A alavanca do 1.º Direito: Um olhar sobre a primeira geração de estratégias locais de habitação”. *Finisterra*, 119, 109-128. <https://doi.org/10.18055/FINIS25645>.
- JORGE, S., ORO, A. V., ROSETA, H. (2024), “4. Preço das casas e rendimento das famílias – evolução no século XXI”. *O Contador*. Disponível em 15-05-2024. <https://www.ocontador.pt/direito-a-habitacao/historico/00000063,00000016/index.htm?4-preco-das-casas-e-rendimento-das-familias-evolucao-no-seculo-xxi>.
- KÜHN, M. (2015), “Peripheralization: theoretical concepts explaining socio-spatial inequalities”. *European Planning Studies*, 23 (2), pp. 367-378. <https://doi.org/10.1080/09654313.2013.862518>.
- LAGES, J. P. (22 de junho de 2022), “Habitação precária, saúde precária? Percepções e condições de vida a partir de mulheres em situação de vulnerabilidade”. *I Conferência de Saúde Societal – Saúde Societal no Futuro pós-Covid-19*, Lisboa, ISCTE-IUL.
- LAGES, J. P. (2022), “Habitação em pandemia: os desafios da Covid-19 a partir da experiência de mulheres em situação de precariedade habitacional”. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 45, pp. 80-94. <https://doi.org/10.15847/cct.26604>.
- LEMANSKI, C. (2016), “Poverty: multiple perspectives and strategies”. *Geography*, 101 (1), pp. 4-10. <https://doi.org/10.1080/00167487.2016.12093977>.
- LENHARDT, A. (2024), “Ending extreme poverty in an increasingly urbanised world”. *DEEP – Data and Evidence to End Extreme Poverty Research*, Thematic Paper 5, pp. 1-22. <https://doi.org/10.55158/DEEPTP5>.

- LOMBRA, C., PITARMA, M. D., FREITAS, M. F., ZAGALO, M. G. (2017), “A promoção dos direitos humanos na população de doentes evacuados dos PALOP. A intervenção do serviço social no hospital pediátrico em Coimbra”. In H. Almeida, C. Albuquerque, C. C. Santos, *Direitos Humanos e Formação em Serviço Social. Desafios e Perspetivas*, Londres, Novas Edições Académicas, pp. 56-60.
- MALHEIROS, J., SILVA, D. G., JÚNIOR, L. B. (2024), “The contemporary geographies of urban inequality: insights from Portugal and the Lisbon Metropolitan Area”. In R. C. Lois-González, J. A. Río Fernandes (eds.), *Urban Change in the Iberian Peninsula*, Cham, Springer Nature.
- MENDES, L. (2020), “Nova geração de políticas de habitação em Portugal: contradições entre o discurso e as práticas no direito à habitação”. *Finisterra*, 55 (114), pp. 77-104. <https://doi.org/10.18055/Finis19635>.
- MONINI, C., RIBEIRO, R., SANTOS, A. C., SILVA, R. (2025), *O Arrendamento Habitacional na AML: Um Mercado Segmentado, Inacessível e Inseguro*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. <https://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/crisalt/cadernos%20do%20observatorio%20-%202020.pdf>.
- MONROE-WHITE, T. (2021), “Emancipatory data science: a liberatory framework for mitigating data harms and fostering social transformation”. In *Proceedings of the 2021 on Computers and People Research Conference*, pp. 23-30. <https://doi.org/10.1145/3458026.3462161>.
- PEREIRA, S. M., MATOS, M. (2020), *Relatório-Habitação e Covid-19*, Lisboa, DINAMIA’ CET – ISCTE-IUL. http://4151a5c8-348c-441f-9545_a7bec6c67a9e.usrfiles.com/ugd/4151a5_fo84f419db2140d1a8493016a37e5e46.pdf.
- PÉREZ, M., ARAOS, C. (2024), “Autoconstrucción e (inter)subjetividad política. Prácticas y semánticas en las periferias del Gran Santiago”. *EURE*, 50 (150), pp. 1-21. <https://doi.org/10.7764/EURE.50.150.01>.
- PINHO, A., CARVALHO, L., VALE, D., MATOS, M. J., LOPES, J., ESPADA, I. (2022), *Diagnóstico das Condições Habitacionais Indignas na AML*, Lisboa, CIAUD – Universidade de Lisboa. <https://documentacao.aml.pt/wp-content/uploads/2022/11/ebook-habitacao-condicoes-habitacionais-indignas-aml.pdf>.
- PIOVESAN, F. (2017), *Statistical Perspectives on Citizen-Generated Data*, Joanesburgo, Data Shift.
- RIBEIRO, R., POESCHL, G., SANTOS, A. C. (2025), “The different sides of the housing crisis in Portugal: a contribution to building inclusive, fair, and effective solutions”. *Political Psychology*, 46, pp. 1509-1532. <https://doi.org/10.1111/pops.70025>.
- RODRIGUES, C. F. (2019), “Inequality and poverty in Portugal: does location matter?”. *Sociologia On Line*, 19, pp. 15-32. <https://doi.org/10.30553/sociologiaonline.2019.19.1>.
- RODRIGUES, C. F., FIGUEIRAS, R., JUNQUEIRA, V. (2016), *Desigualdade do Rendimento e Pobreza em Portugal: As Consequências Sociais do Programa de Ajustamento*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- RODRIGUES, G., DRAGO, A., REIS, J., FERREIRA, G., SERRA, N. (2024), *A Descomplexificação Económica da Área Metropolitana de Lisboa*, Lisboa, Causa Pública. <https://causapublica.org/estudos/a-descomplexificacao-economica-da-area-metropolitana-de-lisboa/>.
- ROLNIK, R. (2015), *Guerra dos Lugares: A Colonização da Terra e da Moradia na Era das Finanças*, São Paulo, Boitempo.
- RUIZ-TAGLE, J., MORAGA, F., MUJICA, T., TORO, A., ORLANDO, L., LUNEKE, A., ZENTENO, E., PÉREZ, M., ANGELCOS, N., CORTÉS, A. (2025), “Accusations of academic extractivism in

- Chile's historical poor neighborhoods: root causes and alternative practices". *City*, 29 (3-4), pp. 516-530. <https://doi.org/10.1080/13604813.2025.2517452>.
- SAARISTO, S.-M. (2025), *Transgressive City-making and Governance: Housing Struggles, Occupations and Evictions in the Lisbon Metropolitan Area*, Leiden, Brill. <https://doi.org/10.1163/9789004678026>.
- SANTOS, A. C. (2019a), "A nova questão da habitação e a nova geração de políticas em Portugal". In A. C. Santos (ed.), *A Nova Questão da Habitação em Portugal. Uma Abordagem da Economia Política*, Lisboa, Conjuntura Actual, pp. 293-323.
- SANTOS, A. C. (2019b), "Habitação em tempos financeiros em Portugal". In A. C. Santos (ed.), *A Nova Questão da Habitação em Portugal. Uma Abordagem da Economia Política*, Lisboa, Conjuntura Actual, pp. 15-52.
- SANTOS, S. F. de A. (2023), *Polarização e Vulnerabilidade Urbana: "Periferias" do Planeamento e das Políticas Públicas na Área Metropolitana de Lisboa*. Tese de doutoramento, Lisboa, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10071/30348>.
- SASSEN, S. (2014), *Expulsions: Brutality and Complexity in the Global Economy*, Cambridge, Harvard University Press.
- SERRA, N. (2019), "Quanto custa ser parente pobre? Do lugar periférico da habitação à sua centralidade no processo de financeirização". In A. C. Santos (ed.), *A Nova Questão da Habitação em Portugal. Uma Abordagem da Economia Política*, Lisboa, Conjuntura Actual, pp. 275-291.
- SIQUEIRA, I. R. de, & RAMALHO, L. (2022), "Participatory methodologies and caring about numbers in the 2030 Sustainable Development Goals Agenda". *Policy and Society*, 41 (4), pp. 486-497. <https://doi.org/10.1093/polsoc/puac016>.
- TAVARES, D. (2023), "O vírus não escolhe grupos sociais? Impactos da Covid-19 nas desigualdades sociais". *E-Cadernos CES*, 39, pp. 108-125. <https://doi.org/10.4000/eces.8258>.
- TAVARES, I., CARMO, R. M. (2023), *Análise da Pobreza, Privação e Desigualdades em Portugal: Tendências Recentes num País Persistentemente Desigual*, Lisboa, Observatório das Desigualdades – CIES Iscte.
- TULUMELLO, S. (2016), "Reconsidering neoliberal urban planning in times of crisis: urban regeneration policy in a «dense» space in Lisbon". *Urban Geography*, 37 (1), pp. 117-140. <https://doi.org/10.1080/02723638.2015.1056605>.
- TULUMELLO, S., DAGKOULI-KYRIAKOGLU, M. (2021), *Financialization of Housing in Southern Europe: Policy Analysis and Recommendations*, Bruxelas, European Parliament Office [MEP José Gusmão]. <https://doi.org/10.1080/13673882.2020.00001074>.
- TULUMELLO, S., ALLEGRA, M. (2020), "Habitação social e segregação da pobreza: uma reflexão a partir do caso do Programa Especial de Realojamento (PER)". *Rediteia: Revista de Política Social*, 52, pp. 155-162.
- VIVES-MIRÓ, S. (2022), "The urbanization of poverty: rethinking the production of unjust geographies". *Fennia – International Journal of Geography*, 200 (1), pp. 41-51 <https://doi.org/10.11143/fennia.103192>.
- WACQUANT, L. (1999), "Urban marginality in the coming millennium". *Urban Studies*, 36 (10), 1639-1647. <https://doi.org/10.1080/0042098992746>.

Recebido a 25-09-2024. Aceite para publicação a 05-05-2026.

SANTOS, S., FARIAS, A. C., SAARISTO, S.-M., LAGES, J. (2026), "A persistência dos fenómenos de urbanização da pobreza na Área Metropolitana de Lisboa. Resultados da aplicação de um inquérito socio-habitacional comunitário". *Análise Social*, 258, LXI (1.º), e37870. <https://doi.org/10.31447/37870>.

Sebastião Santos » sebastiao.santos@iscte-iul.pt » Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, DINAMIA'CET » Av. das Forças Armadas, Edifício Iscte, Sala 2W4-D — 1649-026 Lisboa, Portugal » <https://orcid.org/0000-0002-6814-5594>.

Ana Carolina Farias » ana_carolina_farias@iscte-iul.pt » Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, DINAMIA'CET » Av. das Forças Armadas, Edifício Iscte, Sala 2W4-D — 1649-026 Lisboa, Portugal » <https://orcid.org/0000-0002-3424-4930>.

Saila-Maria Saaristo » saila_maria.saaristo@iscte-iul.pt » Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, DINAMIA'CET » Av. das Forças Armadas, Edifício Iscte, Sala 2W4-D — 1649-026 Lisboa, Portugal » <https://orcid.org/0000-0002-6535-8586>.

Joana Pestana Lages » joana.lages@iscte-iul.pt » Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, DINAMIA'CET » Av. das Forças Armadas, Edifício Iscte, Sala 2W4-D — 1649-026 Lisboa, Portugal » <https://orcid.org/0000-0002-6535-8586>.
